

RELATÓRIO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
2019



**COOPERALIANÇA**  
Energia para o Desenvolvimento

# ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE .....	5	4.5	<i>Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica .....</i>	23
1 CONJUNTURA ECONÔMICA.....	6	4.6	<i>Vistorias nas Unidades Consumidoras ..</i>	23
1.1 <i>Tarifas de Energia .....</i>	6	4.7	<i>Iluminação Pública .....</i>	23
1.2 <i>Investimento Remunerável.....</i>	6	4.8	<i>Plantão 24 horas .....</i>	23
2 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	7	4.9	<i>Análise de Projetos Elétricos. ....</i>	23
2.1 <i>Distribuição de energia elétrica .....</i>	7	4.10	<i>Balanço Energético - Janeiro/2018 a Dezembro/201 .....</i>	24
2.2 <i>Ligações de Consumidores .....</i>	7	4.11	<i>Conclusão.....</i>	24
2.3 <i>Distribuição direta por classe de consumo.....</i>	8	5	Planejamentos de Atividades – 2020 .....	25
2.4 <i>Receita .....</i>	9	5.1	<i>Suprimento de Energia.....</i>	25
2.5 <i>Tarifas .....</i>	11	5.1.1	<i>Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica .....</i>	25
2.6 <i>Qualidade do fornecimento .....</i>	11	5.2	<i>Planejamentos de Obras dos Alimentadores .....</i>	25
2.7 <i>Tecnologia da informação .....</i>	11	5.3	<i>Planejamento: Rede Baixa Tensão.....</i>	26
2.8 <i>Novos negócios .....</i>	12	5.4	<i>Aquisição de Equipamentos.....</i>	26
2.9 <i>Desempenho econômico-financeiro.....</i>	12	5.5	<i>Ampliação da Subestação Rincão – SE Rincão.....</i>	26
2.10 <i>Investimentos.....</i>	13	6	AUDITORES INDEPENDENTES .....	27
2.11 <i>Valor adicionado.....</i>	13	7	AGRADECIMENTOS .....	28
2.12 <i>Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras .....</i>	14	Balanço Patrimonial - Ativo.....	29	
2.13 <i>Composição das quotas do capital social.....</i>	14	Balanço Patrimonial - Passivo.....	30	
2.14 <i>Comportamento do preço das quotas..</i>	14	Demonstração do Resultado.....	31	
2.15 <i>Atendimento aos associados e consumidores.....</i>	14	Demonstração do Resultado.....	32	
3 GESTÃO.....	16	Demonstração do Resultado Abrangente.....	33	
3.1 <i>Planejamento Empresarial.....</i>	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	34	
3.2 <i>Recursos Humanos.....</i>	16	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	35	
3.3 <i>Responsabilidade Social.....</i>	16	Demonstração do Valor Adicionado DVA.....	36	
3.4 <i>Responsabilidade Ambiental.....</i>	16	Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.....	37	
3.5 <i>Concessionária em números.....</i>	17	1 CONTEXTO OPERACIONAL .....	37	
3.5.1 <i>Atendimento.....</i>	17	2 DA CONCESSÃO .....	37	
3.5.2 <i>Mercado .....</i>	17	3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	37	
3.5.3 <i>Dados Operacionais.....</i>	18	A) <i>Base de Mensuração .....</i>	38	
3.5.4 <i>Dados Financeiros .....</i>	18	B) <i>Estimativas Contábeis.....</i>	38	
3.5.5 <i>Indicadores de Desempenho.....</i>	18	4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	39	
3.6 <i>Área de concessão.....</i>	19			
4 DESEMPENHOS COMERCIAIS.....	20			
4.1 <i>Construções de Redes.....</i>	20			
4.2 <i>Serviços Executados – Instalações de Transformadores.....</i>	21			
4.3 <i>Subestação Rincão .....</i>	23			
4.4 <i>Loteamentos Melhorias.....</i>	23			

5	DISPONIBILIDADES .....	48	30)	CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO.....	64
5.1	<i>Numerário em Trânsito</i> .....	48	31)	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS.....	64
6)	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO .....	49	a.	<i>Fiscais</i> .....	65
7)	CONSUMIDORES .....	49	b.	<i>Trabalhistas</i> .....	65
8)	RENDAS A RECEBER .....	51	32)	Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica .....	66
9)	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR .....	52	33)	DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS.....	67
10)	OUTROS CRÉDITOS .....	52	34)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	67
11)	DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES.....	53	34.1	<i>Capital social</i> .....	67
12)	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	54	34.2	<i>Reservas de capital</i> .....	68
13)	ESTOQUE .....	54	34.3	<i>Ajuste de avaliação patrimonial</i> .....	68
14)	SERVIÇOS EM CURSO .....	55	34.4	<i>Reserva de sobras</i> .....	69
15)	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE .....	55	35)	RECEITA OPERACIONAL .....	70
16)	ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS .....	55	35.1	<i>Fornecimento energia elétrica</i> .....	70
17)	DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	55	35.2	<i>Uso do sistema de distribuição</i> .....	70
18)	INVESTIMENTOS.....	56	35.3	<i>Fornecimento não Faturado</i> .....	71
19)	IMOBILIZADO .....	56	35.4	<i>Fornecimento – Diferimento ou Devolução</i> .....	71
20)	FORNECEDORES .....	58	35.5	<i>Fornecimento – Demais Ativos e Passivos</i> .....	71
21)	FOLHA DE PAGAMENTO .....	59	35.6	<i>Consumidores Livres</i> .....	72
22)	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS .....	59	35.7	<i>Doações, contribuições e subvenções</i> ..	72
23)	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	60	35.8	<i>Serviço e outras receitas</i> .....	72
a.	<i>CIRCULANTE</i> .....	60	36)	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.....	72
b.	<i>NÃO CIRCULANTE</i> .....	61	36.1	<i>Impostos</i> .....	72
24)	CREDORES DIVERSOS .....	62	36.2	<i>Encargos do Consumidor</i> .....	73
25)	PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS .....	62	36.3	<i>Receitas de Ultrapassagens</i> .....	73
26)	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS .....	63	37)	ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.....	73
27)	ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER .....	63	38)	ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO .....	73
28)	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.....	63	39)	DESPESAS OPERACIONAIS .....	74
29)	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	63	40)	RESULTADO FINANCEIRO.....	74
			41)	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	75
			42)	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS.....	76
			43)	PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS.....	76

44) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS	77
45) SEGUROS .....	77
46) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA .....	77
47) EVENTOS SUBSEQUENTES.....	78
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	79

## **CARTA DO PRESIDENTE**

Aos associados,

Em cumprimento às disposições legais, estatutárias e contratuais, submetemos a sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da cooperativa Aliança – Cooperaliança. Esse documento foi elaborado conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Demonstração do Fluxo de Caixa e, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Balanço Patrimonial Regulatório.

A apresentação e dados contidos nesse relatório quer trazer uma divulgação transparente aos nossos associados, consumidores, parceiros, órgãos de regulação e toda sociedade em geral. Além disso, o presente documento tem por obrigação direcionar as ações realizadas daqui em diante, visando aumentar ainda mais os resultados e proporcionar a melhoria na qualidade do serviço da cooperativa em todas as esferas.

Como parte do cumprimento da legalidade e sob supervisão da Aneel, divulgamos a Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, às quais poderão ser analisadas posteriormente.

O ano foi realmente muito intenso, de trabalho e dedicação por parte de todos neste primeiro ano de gestão: diretoria, colaboradores, parceiros e associados que muito nos incentivaram neste período. Adentramos no exercício de 2020 com o sentimento de gratidão e orgulho pelos feitos e resultados obtidos.

---

**Reginaldo de Jesus**  
**Presidente**

## **1 CONJUNTURA ECONÔMICA**

### **1.1 Tarifas de Energia**

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o reajuste tarifário anual, de 2019. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 10,00% positivo sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 29 de agosto de 2019 a 28 de agosto de 2020. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 2.601, de 27 de agosto de 2019, e nota técnica nº 164/2019 – SGT/ANEEL.

### **1.2 Investimento Remunerável**

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

#### *Capítulo II*

#### *Das Sociedades Cooperativas.*

*Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.*

## 2 DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.1 Distribuição de energia elétrica

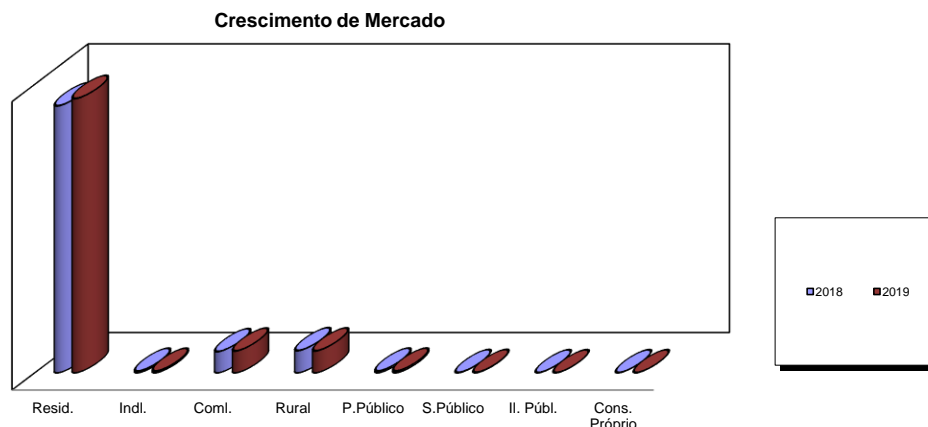
A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 38.985 consumidores cativos e 10 consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

Em 2019, a Cooperaliança registrou um crescimento de 2,48% em seu número de consumidores e um aumento na distribuição de energia elétrica em MWH de 5,89%.

### 2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 2,48% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

<b>Número de consumidores</b>			
<b>Classe</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Residencial	33.275	32.389	2,74
Industrial	178	173	2,89
Industrial (Parcialmente livre)	06	10	(40,00)
Comercial	2.637	2.563	2,88
Comercial (Parcialmente livre)	04	04	-
Rural	2.655	2.686	(1,15)
Poder Público	198	198	-
Iluminação Pública	04	04	-
Serviço Público	33	18	83,33
Consumo Próprio	05	05	-
<b>TOTAL</b>	<b>38.995</b>	<b>38.050</b>	<b>2,48</b>



### 2.3 Distribuição direta por classe de consumo

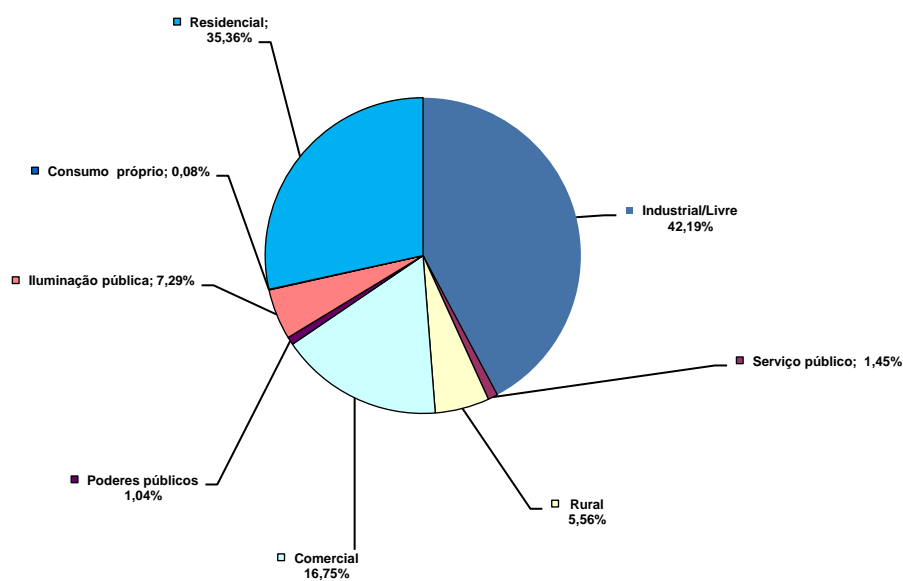
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2019 foi de 185.724MWH e no mercado livre 34.688MWH registrando um aumento no mercado da concessionária de 5,89% em relação a 2018.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram as classes Industrial, Serviços Públicos e Comercial.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

<b>Classe</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Residencial	<b>62.674</b>	<b>58.296</b>	<b>7,51</b>
Industrial	<b>58.307</b>	<b>49.086</b>	<b>18,78</b>
Consumidores Livres	<b>34.688</b>	<b>40.564</b>	<b>(14,49)</b>
Comercial	<b>36.908</b>	<b>32.584</b>	<b>13,27</b>
Rural	<b>12.261</b>	<b>12.585</b>	<b>(2,57)</b>
Poderes Públicos	<b>1.782</b>	<b>1.718</b>	<b>3,73</b>
Serviços Públicos	<b>2.224</b>	<b>1.882</b>	<b>18,17</b>
Iluminação Pública	<b>11.433</b>	<b>11.316</b>	<b>1,03</b>
Consumo Próprio	<b>135</b>	<b>120</b>	<b>12,50</b>
<b>TOTAL</b>	<b>220.412</b>	<b>208.156</b>	<b>5,89</b>

### CONSUMO POR CLASSE



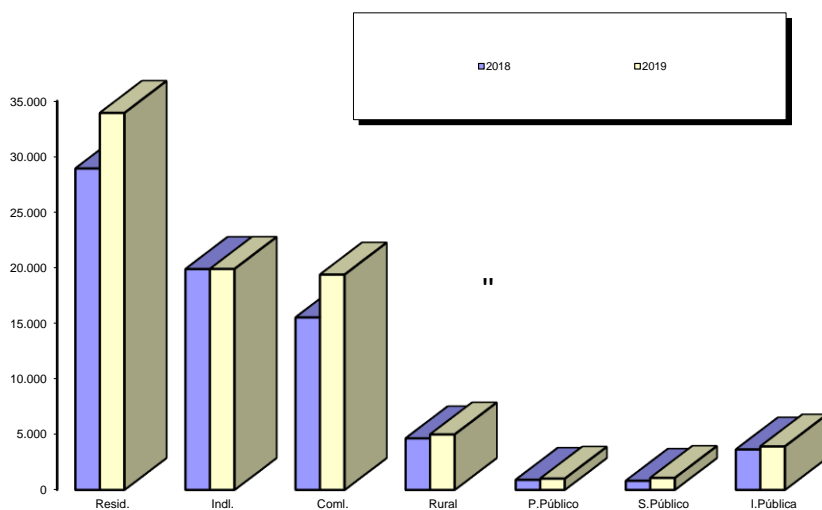
## 2.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 70.464 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2019	2018	%
Residencial	33.921	28.927	17,26
Industrial	19.895	19.885	0,05
Comercial	19.389	15.537	24,79

Rural	4.996	4.644	7,58
Poderes Públicos	1.009	907	11,24
Iluminação Pública	3.916	3.643	7,49
Serviço Público	1.074	815	31,78
Consumidores Livres	17.910	11.893	50,59
Fornecimento – Diferimento ou Devolução	(2.650)	(3.703)	28,44
Renda não faturada	625	(209)	399,04
Serviços	368	374	(1,60)
Doações, Contribuições e Subvenções	10.692	18.984	(43,68)
Fornecimento – Demais Ativos e Passivos	(1.604)	1.524	(205,25)
<b>Subtotal</b>	<b>109.541</b>	<b>103.221</b>	<b>6,12</b>
ICMS	(23.865)	(20.503)	16,40
PIS/COFINS	(757)	(701)	7,99
ISSQN	(25)	(13)	92,31
Encargos do consumidor			
RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(13.798)	(11.536)	19,61
Ultrapassagem de demanda e reativos	(632)	(514)	22,96
<b>Subtotal</b>	<b>(39.077)</b>	<b>(33.267)</b>	<b>17,46</b>
<b>TOTAL</b>	<b>70.464</b>	<b>69.954</b>	<b>0,73</b>

## Receita Líquida



## 2.5 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2019, foi de R\$ 493,88 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2019	2018
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	541,00	496,13
Industrial	457,29	420,15
Comercial	568,71	513,42
Rural	407,16	368,99
Poder Público	566,04	527,62
Serviço Público	483,13	432,55
Iluminação Pública	342,50	321,93
Consumo Próprio	596,53	551,05
<b>MÉDIA</b>	<b>493,88</b>	<b>450,35</b>

## 2.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
<b>Içara</b>	5,70	2,83	5,43	2,87	0,840	0,688

## 2.7 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de

informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Visando sempre a melhoria de suas tecnologias de informação a Cooperaliança investiu no ano de **2019 R\$ 42 mil** em novos equipamentos de informática.

## **2.8 Novos negócios**

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

Neste sentido, a distribuidora está buscando novas alternativas para aquisição de energia elétrica com objetivo de reduzir o custo na compra e consequentemente manter uma tarifa justa e competitiva para os consumidores da Aliança. Atualmente, esse desconto equivale 38,8% na tarifa de suprimento de energia e se findará gradativamente durante os próximos anos.

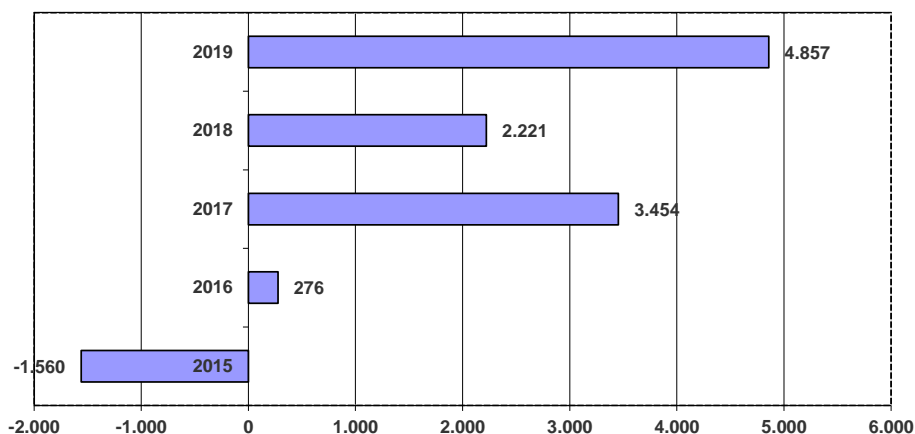
## **2.9 Desempenho econômico-financeiro**

Em 2019, as sobras do exercício foram de R\$ 4.857 mil, contra R\$ 2.221 mil de 2018 o que representou um aumento de 118,68%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2019, R\$ 70.464 mil, enquanto em 2018 o resultado foi de R\$ 69.954 mil, representando um aumento de 0,73%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2019 foi de 67.872 mil contra 71.587 mil em 2018 representando uma redução de 5,19%.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



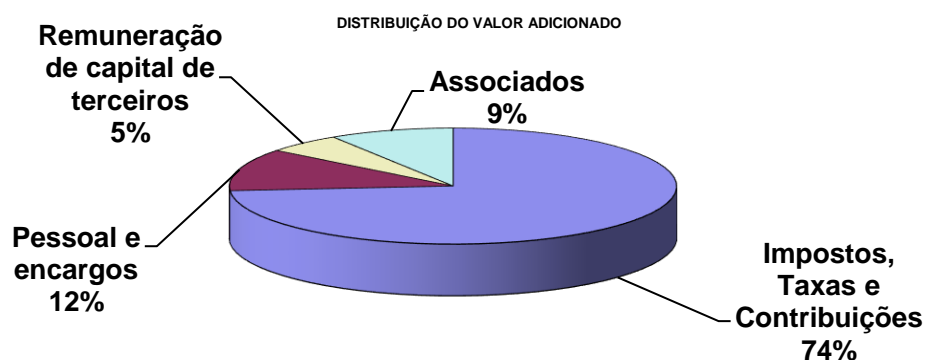
## 2.10 Investimentos

Em 2019, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 4.875mil, 11,43% menores em relação a 2018, conforme segue:

<b>Investimentos - R\$ mil</b>			
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Obras de Distribuição	4.684	5.301	(11,64)
Instalações Gerais	44	100	(56,00)
Veículos	144	103	39,80
Intangível	3	-	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.875</b>	<b>5.504</b>	<b>(11,43)</b>

## 2.11 Valor adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 53.888mil, representando 49,19% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



## 2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

## 2.13 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da concessionária era de R\$1.599milhões, composto por 1.599.000quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2018	39.398	1.547
Total de associados em Dez/2019	40.854	1.599

## 2.14 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

### *Capítulo VII*

#### *Do Capital Social.*

*Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).*

## 2.15 Atendimento aos associados e consumidores

Os associados e consumidores da Cooperaliança possuem vários canais de atendimento, e conforme sua necessidade, nem é preciso sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um tele atendimento 24 horas, uma

ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

**Atendimento Comercial:** O consumidor da Cooperaliança que necessitar de atendimento pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Içara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante os seguintes horários: das 7h45min às 18 horas, assim como nos demais setores.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal – 148, Zona Norte. O atendimento é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. Em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D’água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

O tele atendimento da Cooperaliança funciona 24 horas (através do 0800 48 4040), em horário comercial são realizados atendimentos emergenciais, problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Em horário de Plantão, apenas atendimentos relacionados à interrupção de energia, solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa ([www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br)) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Através dele, podendo acompanhar seu histórico de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2º via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.

## **3 GESTÃO**

### **3.1 Planejamento Empresarial**

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores/Associados.

### **3.2 Recursos Humanos**

Em 2018 a concessionária investiu R\$ 48 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

### **3.3 Responsabilidade Social**

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

### **3.4 Responsabilidade Ambiental**

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

### 3.5 Concessionária em números

#### 3.5.1 Atendimento

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Número de consumidores	38.995	38.050	2,48
Número de empregados	105	104	0,96
Número de consumidores por empregado	371	366	1,37
Número de postos de atendimento	04	04	-

#### 3.5.2 Mercado

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	366	366	-
Demanda máxima (MW)	53,3	46,6	14,38
Distribuição direta (MWH)	220,412	208,156	5,89
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,836	1,751	4,85
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	493,88	450,35	9,67
Residencial	541,00	496,13	9,04
Industrial	457,29	420,15	8,84
Comercial	568,71	513,42	10,77
Rural	407,16	368,99	10,34
Poder Público	566,04	527,62	7,28
Serviços Públicos	483,13	432,55	11,69
Iluminação Pública	342,50	321,93	6,39
Consumo próprio	596,53	551,05	8,25
DEC (horas) – Conjunto –Içara	5,70	2,83	101,41
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	5,43	2,87	89,20

### 3.5.3 Dados Operacionais

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição AT/BT (km)	1.432	1.387	3,24
Linha de Distribuição em 69 KV (Km)	8,37	8,37	-
Capacidade instalada (MVA)	139,7	133,2	4,88

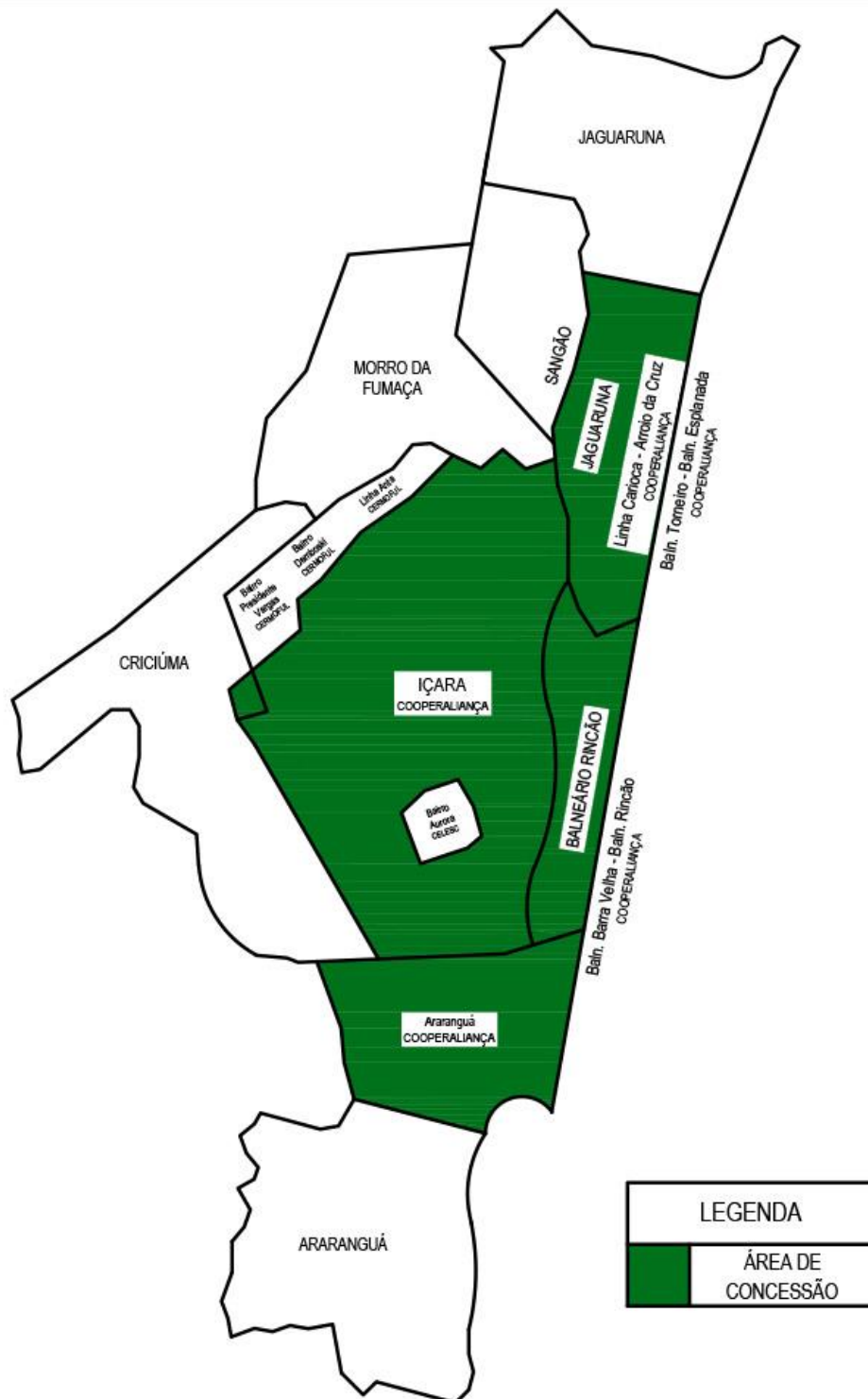
### 3.5.4 Dados Financeiros

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	109.541	103.221	6,12
Receita operacional líquida (R\$ mil)	70.464	69.954	0,73
Margem operacional do serviço líquida (%)	64,33	67,77	(5,08)
Sobras líquidas (R\$ mil)	4.857	2.221	118,69
Patrimônio líquido (R\$ mil)	42.170	37.789	11,59
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,036	1,408	(26,42)
Em moeda nacional (%)	100	100	-

### 3.5.5 Indicadores de Desempenho

	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Salário médio dos funcionários em R\$	4.188	4.155	0,79
Energia comprada por funcionário em MWH	2.099	2.001	4,90
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,65	5,31	6,40

### 3.6 Área de concessão



## 4 DESEMPENHOS COMERCIAIS

### 4.1 Construções de Redes

Tabela de redes de distribuição de energia elétrica por municípios, extensão em metros.

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
<b>Localidades</b>				
Poço 03	310		240	
Poço 08	230	600		
Rio dos Anjos	140		70	
Jaqueline	695	200	130	80
Lombas Pedreiras	215	620	250	
Marili			60	
Poço 08	115	40	40	
Boa Vista	1585	540	1065	290
Sanga Funda	70		215	3020
Linha Frasson			320	80
Liri	145		460	1020
Raichask	110	110	70	130
Espigão	120		90	90
Rio dos Anjos		40		
Linha Três Ribeirões	100		200	210
Coqueiros	780	200	50	
3ª Linha				600
2ª Linha	110			
1ª Linha	120		430	430
Capri			60	
Vila São José		130		
Vila Nova			420	130
Jardim Silvana			60	
Jardim Elizabeti	30	40	410	110
Jardim Pinheiro			120	120
Centro	65	70	500	210
Esplanada	280	20	405	280
Linha Santa Cruz	170	240	1660	1660
Urussanga Velha II	250			
Primeiro de Maio	280	120	150	
Ponta do Mato	150	225	110	
Barreira	930	700	110	
Corda Bamba		160	530	440
Linha Jacó	360			
Linha Zilli	75			
N.S. de Fatima			60	

Rio dos Porcos Sul	340	300	100	70
Rio dos Porcos Norte			100	100
Vila Alvorada		200	140	
Terra Firme	170		225	305
Tereza Cristina	60		235	50
<b>Total em metros</b>	<b>8005</b>	<b>4555</b>	<b>9085</b>	<b>9425</b>

<b>Município de Rincão</b>	<b>Redes Novas em metros</b>		<b>Melhorias em metros</b>	
	<b>B.T</b>	<b>A.T</b>	<b>B.T</b>	<b>A.T</b>
Balneário Rincão	1005	980	5180	1280
Vila Suíça	595		240	50
Barra Velha	320		240	270
Pedreiras	430		240	120
Lagoa Mãe Luzia	200	360		
Lagoa dos Faxinal			80	140
Lagoa dos Freitas			50	
Lagoa dos Esteves	550	400	280	80
<b>Total em metros</b>	<b>3100</b>	<b>1740</b>	<b>6310</b>	<b>1940</b>

<b>Município de Jaguaruna</b>	<b>Redes Novas em metros</b>		<b>Melhorias em metros</b>	
	<b>B.T</b>	<b>A.T</b>	<b>B.T</b>	<b>A.T</b>
Balneária Esplanada	405	180	1420	260
Balneário Torneiro	1080		1020	60
Arroio da Cruz	30			
<b>Total em metros</b>	<b>1515</b>	<b>180</b>	<b>2440</b>	<b>320</b>

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 6,475 km de Alta Tensão e 12,62 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 11,685 km de Alta Tensão e 17,835 km de Baixa Tensão.

#### 4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

<b>Município de Içara</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados (kVA)</b>	<b>Ampliados (kVA)</b>
Centro	3-150,	
Jardim Elizabete	3-112,5,	
Boa Vista	3-30, 1-15,	3-30 p/ 3-45,
Sanga Funda	3-75,	
Linha Santa Cruz	3-45,	3-15 p/ 3-30,
N.S. de Fatima		3-45 p- 3-75,

Vila São José	3-500,	
Rio dos Anjos	3-75,	
Vila Alvorada	3-30,	
Vila Nova	3-45,	
Poço 08	3-30, 3-150, 3-30,	
Poço 03		3-45 p/ 3-75, 3-45 p/ 75,
Coqueiros	1-15,	
Tereza Cristina	3-112,5, 3-75, 3-45,	3-75 p/ 3-112,5,
Raichask	3-75,	
Esplanada	3-30, 3-150, 3-30,	
Ponta do Mato	3-30,	
Lombas Pedreiras	1-15, 3-30,	
Corda Bamba	3-150,	
Rio dos Porcos Sul	3-45,	112,5 p/ 150,
Liri	3-45	
Barreira		3-30 p/ 3-75,
<b>Total - Potência</b>	<b>24 transformadores – 2135 kva</b>	<b>07 transformadores –240 kva</b>

<b>Município de Bal. Rincão</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados (KVA)</b>	<b>Ampliados</b>
Balneário Rincão	3-75, 3-75, 3-75, 3-225, 3-150, 3-112,5,	3-45 p/ 3-75,
Lagoa dos Esteves	3-30,	
Vila Suíça	3-75	3-45 p/ 3-75,
<b>Total - Potência</b>	<b>05 transformadores – 817,5kva</b>	<b>02 transformadores –240kva</b>

<b>Município de Jaguaruna</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados (KVA)</b>	<b>Ampliados (KVA)</b>
Linha Carióca	3-15,	
Arroio da Cruz		3-45 p/ 3-75,
Balneário Esplanada		3-30 p/ 3-75,
<b>Total - Potência</b>	<b>01 transformadores - 15kva</b>	<b>01 transformador – 75kva</b>

Neste período foram implantadas 36 novas subestações e ampliadas 12 totalizando 48 subestações, aumentando a carga instalada do sistema em 3,5 MVA.

### **4.3 Subestação Rincão**

A Subestação Rincão operou com sua Demanda máxima nos meses de janeiro e dezembro onde foram registradas 25 MW de demanda máxima, sinalizando obras de ampliação da mesma para o próximo ano.

Realizamos análise do óleo do transformador e inspeções térmicas nos barramentos, chaves e equipamentos, bem como toda manutenção preventiva e corretiva.

### **4.4 Loteamentos Melhorias**

Padronização das redes de distribuição de energia elétrica nos Bairros e ampliações de cargas com instalações de novos transformadores, melhorando os índices de qualidade e continuidade do sistema de distribuição.

### **4.5 Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica**

Transferência de cargas entre às Subestações Rincão e Içara nos alimentadores RAO 01 e IÇA 02, nas localidades de Vila Nova, Esplanada, Balneário Esplanada e áreas do município de Jaguaruna, evitando sobre cargas nos alimentadores.

### **4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras**

Realizamos 5.861 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas técnicas e comerciais no sistema de distribuição.

### **4.7 Iluminação Pública**

A Cooperaliança executou os serviços de iluminação pública no município de Içara conforme contrato, os demais municípios ficaram sobre responsabilidades das prefeituras.

### **4.8 Plantão 24 horas**

Central de Operação e Distribuição "COD" atendeu a 5.430 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

Os consumidores foram orientados nos procedimentos de instalações elétricas com referência as normas técnicas da Cooperaliança.

### **4.9 Análise de Projetos Elétricos.**

Neste período foram analisados 216 projetos sendo, 178 residências, 23 comerciais, 06 indústrias e 09 loteamentos. Os consumidores foram orientados a seguirem as normas e procedimentos de segurança nas instalações elétricas, verificando as cargas instaladas nas unidades consumidoras.

#### **4.10 Balanço Energético - Janeiro/2019 a Dezembro/2019**

Durante o período a Cooperaliança adquiriu da supridora Celesc um total de 239,7,1 Gwh/ano e distribuiu 220,4 Gwh/ano, totalizando 19,3 Gwh/ano de perdas anuais representando 8,06 %.

#### **4.11 Conclusão**

O crescimento do sistema de distribuição de energia elétrica está sinalizando obras de ampliação nas subestações e alimentadores de média tensão para atendimento dos mercados, principalmente nas classes industrial.

A subestação Rincão apresentou carregamento superior a 90% nos meses de dezembro e janeiro, com a entrada das demandas de verão.

Para a modernização das redes de distribuição de energia elétrica a Cooperaliança executou obras de substituições de condutores nus para redes multiplexadas, com uma melhor segurança e qualidade na distribuição de energia elétrica.

## 5 Planejamento de Atividades – 2020

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por nove circuitos primários e duas Subestações para atendimento aos consumidores. Dentro deste contexto, será finalizada em 2020 a ampliação na Subestação Rincão, com a instalação de outro transformador, dobrando a carga instalada para 53,2 MVA. O número de circuitos também aumentará com quatro novos alimentadores.

### 5.1 Suprimento de Energia

Energia contratada da supridora Celesc para os dois pontos de atendimentos, localizados na Subestação de Içara.

#### 5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

Os alimentadores são circuitos de média tensão que saem das subestações levando energia para os transformadores das redes de baixa tensão.

Com a construção dos quatro alimentadores a distribuição de energia aumenta a disponibilidade de cargas para todas as classes de consumo da região e permite mais uma possibilidade para efetuar manobras no sistema, necessária quando há algum tipo de problemas na rede elétrica a fim de restabelecer a energia com maior rapidez aos clientes.

As obras abaixo fazem parte da modernização do sistema de distribuição de média tensão.

### 5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores

Obras de expansão e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica em atendimento ao mercado, possibilitando transferência de cargas entre os alimentadores e melhorando o fluxo de energia elétrica.

As obras abaixo fazem parte da modernização do sistema de distribuição.

Obr a	Alimenta dor	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	SE Rincão	Alimentadores RAO-5, 6, 7, 8, interligação das redes existentes.	800	Ampliação da subestação
2	SE Rincão	Novo alimentador Rao4 - Sanga Funda / Barracão extensão 5 Km	240	Ampliação de cargas
4	SE Içara	Alimentador IÇA 04 – centro de Içara – extensão 1,5 KM	230	Ampliação de cargas
5	SE Içara - Rincão	Ampliações / redes Alta Tensão	200	Ampliações de cargas e divisão de circuitos para manobras de

				cargas
<b>6</b>	SE Rincão	Boa Vista / Rod Jorge Fortulino	90	Recondutoramento Alta Tensão
<b>7</b>	SE Rincão	Alimentador RAO 4 Zona Sul Bal. Rincão.	150	Divisão de circuitos.
	<b>Total</b>		<b>1.710</b>	

### 5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obras que fazem parte das ampliações do sistema de distribuição de energia elétrica necessárias para atendimentos dos novos consumidores e ampliações de disponibilidades de cargas.

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
<b>1</b>	45	Divisão de circuitos elétricos – recondutoramento - redes baixa	900	Instalações de novos transformadores.
<b>1</b>	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	360	Manutenções corretivas e preventivas.
	<b>Total</b>		<b>1.260</b>	

### 5.4 Aquisição de Equipamentos

Equipamentos necessários para atendimento ao mercado de energia, conforme resolução da Aneel.

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
<b>50</b>	Transformadores	350	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
<b>1.500</b>	Medidores de Energia	300	Atender ao crescimento de mercado
<b>Total</b>		<b>650</b>	

### 5.5 Ampliação da Subestação Rincão – SE Rincão

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
<b>1</b>	Barramento de 69 Kv - Transformador de Força - Barramento de 13,8 Kv - Obra civil	Interligação barramento de 69 Kv - Instalação do transformador - Alimentadores Média Tensão / 04 Bay saída SE - Estruturas concreto, barramentos e caixas e Dutos.	4.000	Ampliação da Subestação
	<b>Total</b>		<b>4.000</b>	

**Investimento total: R\$ 7.620 – (sete milhões seiscientos e vinte mil) - valores expressos em milhares de reais.**

## **6 AUDITORES INDEPENDENTES**

A Müller Eyng Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2019.

## **7 AGRADECIMENTOS**

Chegamos ao fim de mais um ano, esse em especial, como o que marca o início da gestão eleita pelos associados para estar à frente da Aliança até 2022. A certeza é de que encerramos os primeiros meses com o sentimento de dever cumprido, sabendo que cada um entregou o melhor de si para essa missão: o nosso vice-presidente Paulo Rodrigues da Silva, o secretário Anselmo Freitas e os conselheiros Cleber Luiz de O. da Silva, Fernando Germano Selinger, Henrique Guglielmi, Quintino Rizzieri Pavei e Samuel Goulart Baldissera.

Além disso, estendo os meus agradecimentos a todo Conselho Fiscal, que exerceu com maestria a função que lhes foi confiada e os Delegados junto à Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina (Fecoerusc).

O compromisso com o associado continua sendo cumprindo, com energia e serviços de qualidade, aliadas ao preço justo e tarifa competitiva. Já nesse sentido, o ano foi de muito estudo para busca de alternativas em que consigamos manter este patamar de excelência pelos próximos. Com isso, chegamos na alternativa de compra de energia elétrica diretamente no Mercado Livre, que deve ser efetivada com a realização de um leilão em 2020 com a aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), podendo assim garantir competitividade mesmo que com a perda do subsídio.

O sucesso da gestão fez com que tivéssemos o investimento de R\$4.875 em aliado ao trabalho excepcional dos nossos colaboradores, que diariamente se doam ao máximo para atender da melhor forma os 38.995 consumidores e associados dos quatro municípios de abrangência: Içara, Balneário Rincão, Parte de Jaguaruna e Araranguá.

Findo os agradecimentos registrando a presteza da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) à está distribuidora e responsável pela regulação do nosso trabalho.

---

**Reginaldo de Jesus**  
**Presidente**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO**

**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2019	2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>28.850</b>	<b>34.663</b>
Numerário disponível	5	3.051	926
Aplicações no mercado aberto	6	1.061	260
Numerário em trânsito	5.1	409	344
Consumidores	7	20.432	18.217
Rendas a receber	8	301	302
Tributos a compensar	9	525	670
Outros créditos	10	1.601	1.529
Subsídios tarifários e redução tarifária	11	446	9.499
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(5.047)	(4.853)
Estoque	13	1.215	317
Serviços em curso	14	1.680	1.238
Despesas pagas antecipadamente	15	2	14
Ativos Financeiros Setoriais	16	3.174	6.200
<b>Não Circulante</b>		<b>57.023</b>	<b>56.330</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>2.829</b>	<b>2.559</b>
Tributos a compensar	9	91	88
Consumidores	7	1.406	1.406
Outros créditos	10	158	66
Ativo indenizável (concessão)	19	1.141	966
Depósitos judiciais	17	33	33
Investimentos	18	2.149	2.142
Intangível	19	52.045	51.629
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>85.873</b>	<b>90.993</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2019	2018
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>32.967</b>	<b>47.129</b>
Fornecedores	20	11.434	17.813
Folha de pagamento	21	292	262
Tributos e contribuições sociais	22	3.729	4.471
Empréstimos e financiamentos	23	4.949	5.270
Credores diversos	24	1.429	1.758
Passivos Financeiros Setoriais	25	1.848	11.128
Obrigações estimadas	26	679	815
Encargos do consumidor a recolher	27	3.983	1.637
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	28	4.084	3.506
Outras contas a pagar	29	540	469
<b>Não Circulante</b>		<b>10.736</b>	<b>6.075</b>
Fornecedores	20	1.056	-
Empréstimos e financiamentos	23	2.718	451
Provisões para contingências	31	2.435	1.668
Participação financeira do consumidor	32	4.527	3.956
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>42.170</b>	<b>37.789</b>
Capital social	34.1	1.599	1.547
Reservas de capital	34.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	34.3	6.573	7.627
Reservas de sobras	34.4	7.823	7.346
Fundo de assistência técnica educacional e social	34.4	1.053	195
Reserva para geração de energia	34,4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	34,4	21.063	17.649
Fundo de expansão da sede social	34,4	371	371
Sobras a Disposição da AGO	34.4	1.667	1.033
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>85.873</b>	<b>90.993</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2019	2018
<b>Receita Operacional</b>		<b>109.541</b>	<b>103.221</b>
Fornecimento de energia elétrica	35.1	30.001	23.633
Uso do sistema de distribuição	35.2	54.199	50.725
Fornecimento não Faturado	35.3	625	(209)
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	35.4	(2.650)	(3.703)
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	35.5	(1.604)	1.524
Consumidores Livres	35.6	17.910	11.893
Doações, contribuições e subvenções	35.7	10.692	18.984
Serviços e outras receitas	35.8	368	374
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>		<b>39.077</b>	<b>33.267</b>
ICMS	36.1	23.865	20.503
PIS-PASEP	36.1	135	125
COFINS	36.1	622	576
ISSQN	36.1	25	13
Encargos do consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	36.2	13.798	11.536
Receitas de Ultrapassagens	36.3	632	514
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>		<b>70.464</b>	<b>69.954</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>		<b>67.872</b>	<b>71.587</b>
Energia elétrica comprada para revenda	37	36.871	39.185
Encargo de uso do sistema de distribuição	38	10.481	10.552
<b>Custo de operação</b>		<b>20.520</b>	<b>21.850</b>
Pessoal e administradores	39	7.387	7.717
Material		1.240	1.941
Serviços de terceiros		2.532	2.678
Depreciação e amortização		3.335	3.167
Custo de construção		5.064	6.100
Provisões		962	247
<b>( = ) Sobra/Perda Bruta</b>		<b>2.592</b>	<b>(1.633)</b>
<b>( + ) Receitas operacionais</b>		<b>6.155</b>	<b>7.141</b>
Receitas operacionais		6.155	7.141
<b>( - ) Despesas operacionais</b>		<b>1.922</b>	<b>1.465</b>
Outras despesas operacionais		1.922	1.465
<b>( = ) Resultado do serviço</b>		<b>6.825</b>	<b>4.043</b>
<b>(+/-) Receita (despesa) financeira</b>		<b>(1.719)</b>	<b>(1.822)</b>
Receitas financeiras	40	1.231	1.372
Despesas financeiras	40	2.950	3.194
<b>( = ) Resultado operacional</b>		<b>5.106</b>	<b>2.221</b>
<b>( = ) Sobras/Perdas antes da contr. social e imposto de renda</b>		<b>5.106</b>	<b>2.221</b>
( - ) Contribuição social		72	-
( - ) Imposto de renda		177	-
<b>( = ) Sobras/Perda do exercício</b>		<b>4.857</b>	<b>2.221</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
<b>Receita Operacional</b>	<b>90.048</b>	<b>18.861</b>	<b>108.909</b>
Fornecimento Faturado	66.889	17.311	84.200
Fornecimento não Faturado	492	133	625
Receita de Ultrapassagens	(502)	(130)	(632)
Cosumidores Livres	17.910		17.910
Fornecimento - Demais Ativos	(1.274)	(329)	(1.603)
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	(2.105)	(545)	(2.650)
Serviços e outras receitas	232	135	367
Doações, Contribuições e Subvenções	8.406	2.286	10.692
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>	<b>31.161</b>	<b>7.284</b>	<b>38.445</b>
ICMS	19.732	4.133	23.865
PIS-PASEP	-	135	135
COFINS	-	622	622
ISS	20	4	24
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	11.409	2.390	13.799
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>	<b>58.887</b>	<b>11.577</b>	<b>70.464</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>56.118</b>	<b>11.754</b>	<b>67.872</b>
Suprimento de energia Elétrica	39.152	8.200	47.352
<b>Custo de operação</b>	<b>16.966</b>	<b>3.554</b>	<b>20.520</b>
Pessoal e administradores (486.404,00)	6.108	1.279	7.387
Material	1.025	215	1.240
Serviços de terceiros	2.093	438	2.531
Depreciação e amortização	2.757	578	3.335
Custo de Construção	4.187	877	5.064
Provisões	796	167	963
<b>( = ) Sobre Bruta</b>	<b>2.769</b>	<b>(177)</b>	<b>2.592</b>
<b>( + ) Receitas operacionais</b>	<b>4.417</b>	<b>1.737</b>	<b>6.154</b>
Receitas operacionais	4.417	1.737	6.154
<b>( - ) Despesas operacionais</b>	<b>1.589</b>	<b>333</b>	<b>1.922</b>
Outras despesas operacionais	1.589	333	1.922
<b>( = ) Resultado do serviço</b>	<b>5.597</b>	<b>1.227</b>	<b>6.824</b>
<b>(+/-) Receita (despesa/financeira)</b>	<b>(1.421)</b>	<b>(298)</b>	<b>(1.719)</b>
Receita financeira	1.018	213	1.231
Despesa financeira	2.439	511	2.950
<b>( = ) Resultado operacional</b>	<b>4.176</b>	<b>929</b>	<b>5.105</b>
<b>( = ) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda</b>	<b>4.176</b>	<b>929</b>	<b>5.105</b>
( - ) Contribuição Social	-	72	72
( - ) Imposto de renda	-	176	176
<b>( = ) Sobras do exercício</b>	<b>4.176</b>	<b>681</b>	<b>4.857</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

**Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2019	2018
<b>RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.857</b>	<b>2.221</b>
<b>(+/-) Resultado Abrangentes</b>	<b>710</b>	<b>730</b>
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	-	10
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Associados)	587	590
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Terceiros)	123	130
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.567</b>	<b>2.951</b>
<b>RESULTADOS COM TERCEIROS</b>	<b>804</b>	<b>(10)</b>
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	681	(139)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial ( não Associados)	123	129
<b>Base para Destinações Legais e Estatutárias</b>	<b>4.763</b>	<b>2.951</b>
Fundo de Reserva - Art. 46, inc. a - Estatuto Social - 10%	476	295
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	238	148
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	2.382	1.476
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	804	
<b>( = ) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>	<b>1.667</b>	<b>1.033</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária											
	Capital Social	Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	de Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros					Outros fundos	Fundo de expansão da sede social	Saldo a disposição da AGO	Total
				Reserva de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Reserva de sobras	Recursos destinados a aumento de capital				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.463</b>	<b>873</b>	<b>1.714</b>	<b>7.061</b>	<b>1.148</b>	<b>289</b>	<b>14.920</b>	<b>371</b>	<b>1.254</b>	<b>29.093</b>		
<b>Capital Social</b>												
Integralização das Sobras	-									-		
Integralização de Quotas	89									89		
Capital a Integralizar	(5)									(5)		
Integralização de reservas/fundos												
<b>Realização de reservas/fundos</b>			(1.254)	(10)		(242)			730	(776)		
<b>Aumento nas reservas</b>							1.254		(1.254)	-		
<b>Resultado do exercício (Ativ. com Associados)</b>									2.360	2.360		
<b>Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)</b>									(139)	(139)		
<b>Destinações estatutárias:</b>				295		148	1.475		(1.918)	-		
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial Regulatória</b>			7.167							7.167		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.547</b>	<b>873</b>	<b>7.627</b>	<b>7.346</b>	<b>1.148</b>	<b>195</b>	<b>17.649</b>	<b>371</b>	<b>1.033</b>	<b>37.789</b>		
<b>Capital Social</b>												
Integralização das Sobras										-		
Integralização de Quotas	73									73		
Capital a Integralizar	(21)									(21)		
Integralização de reservas/fundos										-		
<b>Realização de reservas/fundos</b>			(1.054)			(184)			709	(529)		
<b>Aumento nas reservas</b>							1.033		(1.033)	-		
<b>Resultado do exercício (Ativ. com Associados)</b>									4.177	4.177		
<b>Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)</b>									681	681		
<b>Destinações legais</b>						804			(804)	-		
<b>Destinações estatutárias:</b>				477		238	2.381		(3.096)	-		
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial Regulatória</b>										-		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.599</b>	<b>873</b>	<b>6.573</b>	<b>7.823</b>	<b>1.148</b>	<b>1.053</b>	<b>21.063</b>	<b>371</b>	<b>1.667</b>	<b>42.170</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

**Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.019	2.018
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>4.857</b>	<b>2.221</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>	<b>194</b>	<b>63</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	194	63
<b>Resultado Ajustado do Exercício</b>	<b>5.051</b>	<b>2.284</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>8.515</b>	<b>(10.165)</b>
Consumidores	(2.215)	841
Rendas a receber	1	(38)
Tributos a compensar	142	1.103
Outros créditos	(164)	74
Estoques	(898)	(187)
Premios de seguros	12	3
Serviço em curso	(442)	12
Subsídios tarifários e redução tarifária	9.053	(7.292)
Ativos financeiros setoriais	3.026	(4.681)
<b>Aumento(redução) no passivo circulante</b>	<b>(11.447)</b>	<b>11.136</b>
Fornecedores	(5.323)	(637)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	30	(6)
Tributos e contribuições sociais	(742)	3.002
Credores diversos	(329)	(1.120)
Obrigações estimadas	(136)	19
Encargos do consumidor a recolher	2.346	243
Outras contas a pagar	71	27
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	578	300
Provisão para contingências	767	181
Participação financeira do consumidor	571	895
Passivos financeiros setoriais	(9.280)	8.232
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>2.119</b>	<b>3.255</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aumento (Redução) nos investimentos	(59)	10
Ativo indenizável (concessão)	(175)	(98)
Aplicações no intangível	(364)	(7.189)
<b>Total das atividades de Investimento</b>	<b>(598)</b>	<b>(7.277)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital pelos sócios	52	84
Reservas de capital	-	(10)
Realização ou avaliação patrimonial (regulatória)	(344)	6.643
Redução da reserva de fatos	(184)	(242)
Emprestimos e financiamentos	1.946	(2.504)
<b>Total das atividades de Financiamento</b>	<b>1.470</b>	<b>3.971</b>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.991</b>	<b>(51)</b>
Saldo inicial de caixa	1.530	1.581
Saldo final de caixa	4.521	1.530
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.991</b>	<b>(51)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONAD - DVA

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Valor Adicionado - DVA - dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2019	2018
<b>Receitas</b>	<b>114.102</b>	<b>109.600</b>
Venda de energia e serviços	45.886	31.614
Uso do sistema de distribuição	54.199	50.725
Receita de construção	5.064	6.100
Locação de postes	839	801
Doações, Contribuições e Subvenções	10.692	18.984
Serviços e outras receitas	620	613
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	(1.604)	1.524
Receitas de ultrapassagens	(632)	(514)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(962)	(247)
<b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>58.110</b>	<b>61.921</b>
Insumos consumidos	47.352	49.737
Serviços de terceiros	2.532	2.678
Materiais	1.240	1.941
Custo de construção	5.064	6.100
Outros	1.922	1.465
<b>( = ) Valor adicionado bruto</b>	<b>55.992</b>	<b>47.679</b>
<b>( - ) Quotas de reintegração</b>	<b>3.335</b>	<b>3.167</b>
Depreciação, amortização e exaustão	3.335	3.167
<b>( = ) Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>52.657</b>	<b>44.512</b>
<b>( + ) Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.231</b>	<b>1.372</b>
Receitas financeiras	1.231	1.372
<b>( = ) Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>53.888</b>	<b>45.884</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>53.888</b>	<b>45.884</b>
<b>Pessoal</b>	<b>6.360</b>	<b>6.738</b>
Remuneração direta	4.716	5.003
Auxílio alimentação	592	588
Assistência médica/Plano de saúde	272	328
Encargos sociais exceto INSS	708	756
Outros	72	63
<b>Governo</b>	<b>39.721</b>	<b>33.731</b>
<b>Federais</b>	<b>15.831</b>	<b>13.215</b>
INSS (Folha de pagamento)	1.027	978
Imposto de renda e Contribuição social	249	-
PIS/COFINS	757	701
Encargos do consumidor	13.798	11.536
<b>Estaduais</b>	<b>23.865</b>	<b>20.503</b>
ICMS	23.865	20.503
<b>Municipais</b>	<b>25</b>	<b>13</b>
ISSQN	25	13
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>2.950</b>	<b>3.194</b>
Outras despesas financeiras	2.950	3.194
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>4.857</b>	<b>2.221</b>
Sobras/Perdas do exercício	4.857	2.221
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>	<b>513</b>	<b>441</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

### **2 DA CONCESSÃO**

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna todos do estado de Santa Catarina, atendendo a 38.985 consumidores cativos e 10 consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

### **3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica,

instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

#### **A) Base de Mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

#### **B) Estimativas Contábeis**

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## **4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

### **A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

#### **NÃO DERIVATIVOS**

A Concessionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Concessionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Concessionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Concessionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Concessionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

#### ***Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento***

Se a Concessionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos

mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

### ***Instrumentos financeiros disponíveis para venda***

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Concessionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

### ***Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado***

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Concessionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A concessionaria possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** abrangem saldos de caixa, depósitos bancários a vista e numerários em trânsito, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

**RECEBÍVEIS:** são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

**EXIGÍVEIS:** abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

**DERIVATIVOS:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Concessionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

## **B) Caixas e Equivalentes de Caixa**

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

## **C) CONSUMIDORES A RECEBER**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

## **D) SUBSÍDIOS ELETROBRÁS A RECEBER**

Nos termos do inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002, e conforme dispõe o Decreto nº 7.891/2013, a CDE, além de suas demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

E, conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.022/2017, o Gestor da CDE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, deve repassar o montante mensal de recursos da CDE a cada distribuidora visando custear os referidos descontos tarifários retirados da estrutura tarifária. Para definição dos valores mensais dos subsídios a serem repassados, a SGT deve utilizar o mercado considerado no período de referência deste processo tarifário.

A tabela a seguir (*Tab. 13 da NT nº 164/2019-SGT/ANEEL 21/08/2019*) apresenta o valor mensal a ser repassado pela CCEE à distribuidora no período de competência de agosto/2019 a julho/2020, até o 10º dia útil do mês subsequente. Esse valor contempla também o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e realizados no período de agosto/2018 a julho/2019.

**Tabela 13: Valores dos subsídios que serão repassados pela CCEE**

TIPO	Ajuste (R\$)	Previsão (R\$)	Valor Mensal (R\$)
Subsídio Carga Fonte Incentivada	- 1.273,36	268.259,09	266.985,73
Subsídio Geração Fonte Incentivada	-	-	-
Subsídio Distribuição	-	-	-
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	823,54	8.571,42	9.394,96
Subsídio Rural	3.357,25	116.224,40	119.581,65
Subsídio Irrigante/Aquicultor	280,37	417,28	697,65
<b>Total</b>	<b>3.187,80</b>	<b>393.472,19</b>	<b>396.659,99</b>

#### **E) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

#### **F) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

## **G) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)**

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis societárias das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “12” e “24” respectivamente, a partir desta data.

No período de 2019 foram homologados os seguintes valores de componentes financeiros conforme homologado no reajuste tarifário. (*Tab. 12 da NT nº 164/2019-SGT/ANEEL 21/08/2019*)

**Tabela 12: Componentes Financeiros**

<b>Componentes Financeiros</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Participação</b>
CVA em processamento - Energia	1.210.563,18	1,49%
CVA em processamento - Encargos Setoriais	2.310.870,75	2,84%
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	- 71.770,74	-0,09%
Neutralidade de Parcela A- Energia	213.905,05	0,26%
Neutralidade de Parcela A - Transporte	229.955,23	0,28%
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais	- 562.657,60	-0,69%
Neutralidade da Parcela A - Receita Irrecuperável	43,79	0,00%
Ajuste CUSD	12.926,82	0,02%
<b>Total</b>	<b>3.343.836,49</b>	<b>4,11%</b>

## **H) INVESTIMENTOS**

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

## **I) CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2017/2018, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento de valores positivos no ativo imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

## **J) INTANGÍVEL**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

## **K) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO**

As obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste conta, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, em subconta específica que será amortizada a partir do próximo ciclo de revisão tarifária de sua constituição e com as taxas de amortização de acordo com o item 6.3.14 - Obrigações Vinculadas à Concessão.

## **L) TAXAS REGULAMENTARES**

### **a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

### **b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### **c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

### **d) Bandeiras Tarifárias**

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04169 para cada quilowatt-hora kWh consumido;
- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

## **M) RECONHECIMENTO DE RECEITA**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

### **a) Receita Não Faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

### **b) Receita de Construção**

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

#### **N) APURAÇÃO DO RESULTADO**

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

#### **O) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

### **5 DISPONIBILIDADES**

<b>Legislação societária</b>		
<b>Numerário disponível</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa	7	3
Bancos	3.044	923
<b>TOTAL</b>	<b>3.051</b>	<b>926</b>

#### **5.1 Numerário em Trânsito**

<b>Legislação societária</b>		
<b>Numerário em Trânsito</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Numerário	409	344
<b>TOTAL</b>	<b>409</b>	<b>344</b>

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

## 6) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

<b>Legislação societária</b>					
<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo de aplicação</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Bradesco S/A	CDB	diário	5% CDI	49	4
Caixa Econômica Federal	Fundo Invest.	diário	Renda Fixa	234	-
Banco Itaú	Apic. Aut	diário	Variável	761	-
Banco Santander	FIC Curto Prazo	Diário	Variável	11	-
Banco Safra S/A	Vinculada	Diário	Variável	6	172
<b>TOTAL</b>				<b>1.061</b>	<b>260</b>

## 7) CONSUMIDORES

<b>Legislação societária</b>		
<b>Consumidores</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Faturados	38.995	38.050
<b>TOTAL</b>	<b>38.995</b>	<b>38.050</b>

### a) Composições das contas a receber

<b>Legislação societária</b>								
<b>Consumidor</b>	<b>Vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total</b>	<b>Provisão para Devedores duvidosos</b>		<b>Saldo</b>	
					<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Residencial	2.707	822	573	<b>4.102</b>	(651)	(549)	3.451	3.167

Industrial	2.227	628	1.548	<b>4.403</b>	(2.395)	(2.331)	2.072	1.926
Comercial	2.214	405	689	<b>3.308</b>	(645)	(505)	2.663	1.952
Rural	776	177	85	<b>1.038</b>	(91)	(85)	947	724
Poder público	100	-	7	<b>107</b>	(7)	(7)	100	87
Iluminação pública	342	-	137	<b>479</b>	(137)	(137)	342	307
Serviço público	131	-	-	<b>131</b>	-	-	131	77
Renda não faturada	2.800	-	-	<b>2.800</b>	-	-	2.800	2.175
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>11.297</b>	<b>2.032</b>	<b>3.039</b>	<b>16.368</b>	<b>(3.926)</b>	<b>(3.614)</b>	<b>12.506</b>	<b>10.415</b>
Serviço taxado	28	23	34	<b>85</b>	(32)	(30)	53	52
Participação financeira	-	-	4	<b>4</b>	-	(4)	4	-
Parcelamentos	257	263	620	<b>1.140</b>	(419)	(423)	721	836
Encargo de capacidade	-	-	-	-	-	-	-	8
Desconto TUSD cons. Livre	2.835	-	-	<b>2.835</b>	-	-	2.835	2.835
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>14.417</b>	<b>2.318</b>	<b>3.697</b>	<b>20.432</b>	<b>4.377</b>	<b>(4.071)</b>	<b>16.119</b>	<b>14.146</b>
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	1.406	<b>1.406</b>	-	-	1.406	1.406
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.406</b>	<b>1.406</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.406</b>	<b>1.406</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o

Manual de contabilidade de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

### **b) Consumidores de baixa renda**

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda.

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 431/2011 e nº 572/2013.

## **8) RENDAS A RECEBER**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Outras Rendas</b>		
Multas p/ atraso	133	137
Tarifa de correio	9	10
Juros de mora	81	79
Custo Administrativo	36	31
Atualização monetária	30	35
Renda de serviço de arrecadação	12	10
<b>TOTAL</b>	<b>301</b>	<b>302</b>

## 9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

### Circulante

	Legislação Societária	
	2019	2018
ICMS sobre o ativo imobilizado	75	81
ICMS (faturas cancelados)	2	230
COFINS	1	-
Saldo negativo de CSLL	122	94
IRRF	98	89
Saldo negativo de IRPJ	227	176
<b>TOTAL</b>	<b>525</b>	<b>670</b>

### Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2019	2018
ICMS sobre ativo imobilizado	91	88
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>88</b>

## 10) OUTROS CRÉDITOS

### a) Circulante

	Legislação Societária	
	2019	2018
Empregados	52	52
Serviços prestados a terceiros	94	95
Equipamentos em poder de terceiros	403	358
Equipamentos em poder de terceiros em nosso poder	6	6
Parcelamento	488	527
Cheques em cobrança	79	79

Aluguéis a receber e duplicatas a receber	336	304
Cheques sem Custódia	8	8
Desativações em Curso	102	67
Outros	33	33
<b>TOTAL</b>	<b>1.601</b>	<b>1.529</b>

## b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2019	2018
Consórcio Nacional Volkswagen	121	29
Empregados	37	37
<b>TOTAL</b>	<b>158</b>	<b>66</b>

## 11) DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2019	2018
Subsídios tarifários e redução da tarifária	446	9.499
<b>TOTAL</b>	<b>446</b>	<b>9.499</b>

- **Subsidio – Eletrobrás - CDE** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº2.601, de 27 de agosto de 2019, e nota técnica nº 164/2019 – SGT/ANEEL.

## 12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2019	2018
Provisão para devedores duvidosos	4.377	4.071
Provisão PCLD – outros Créditos	565	565
Provisão PCLD – rendas a receber	105	217
<b>TOTAL</b>	<b>5.047</b>	<b>4.853</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução normativa nº. 605, de 11 de março de 2014, item 6.3.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

## 13) ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2019	2018
Almoxarifado em serviço	43	75
Almoxarifado Sucata	79	79
Adiantamento Eletrobrás - PROINFA	610	160
TSEA Energia – Transformador – Subestação 20/26MVA	480	-
Adiantamento a fornecedores	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>1.215</b>	<b>317</b>

#### 14) SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2019	2018
<b>Serviços prestados a terceiros</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	568	513
Programa de Eficiência Energética – PEE	1.107	725
Serviços de Manutenção em Linhas e Redes	5	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.680</b>	<b>1.238</b>

#### 15) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2019	2018
Seguros de equipamentos	-	14
Seguros de veículos	2	-
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>14</b>

#### 16) ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2019	2018
CVA-CDE	1.496	1.299
CVA-PROINFA	203	35
CVA-Compra de Energia	1.169	1.907
Neutralidade da Parcela A	306	2.959
<b>TOTAL</b>	<b>3.174</b>	<b>6.200</b>

#### 17) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2019	2018
Trabalhistas	33	33
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>33</b>

## 18) INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2019	2018
Credija – Sicoob – SC	12	12
Unicred	5	4
Acicred	41	33
Cresdisulca	3	3
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
Maquinas e Equipamentos	18	20
<b>TOTAL</b>	<b>2.149</b>	<b>2.142</b>

## 19) IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

**(a)** Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

**(b)** Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte forma:

	Legislação Societária			2019
	2018	Adição / Depreciação	Baixas	
<b>Imobilizado</b>				
Ajuste de avaliação patrimon.	22.509	(808)		21.701
Edificações	2.283			2.283
Intangíveis	300			300
Licenças e softwares	(84)	3		(81)
Maquinas e equipamentos	67.473	4.719	(1.230)	70.962
Moveis e utensilios	429	9		438
Servidões	300			300
Sistemas e outros	484			484
Terrenos	2.431			2.431
Veículos	1.017	144	(62)	1.099
<b>Imobilizado Total</b>	<b>97.142</b>	<b>4.067</b>	<b>(1.292)</b>	<b>99.917</b>
<b>Depreciação</b>				
Ajuste de avaliação patrimon.	(22.637)	(246)		(22.883)
Edificações	(757)	(65)		(822)
Licenças e softwares	(193)	(10)		(203)
Maquinas e equipamentos	(21.685)	(2.493)	381	(23.797)
Moveis e utensilios	(220)	(19)		(239)
Veículos	(667)	(99)	62	(704)
<b>Depreciação Total</b>	<b>(46.159)</b>	<b>(2.932)</b>	<b>443</b>	<b>(48.648)</b>
Contas em Curso	1.611	305		1.916
<b>Contas em Curso Total</b>	<b>1.611</b>	<b>305</b>	<b>-</b>	<b>1.916</b>
<b>Total</b>	<b>52.594</b>	<b>1.441</b>	<b>(849)</b>	<b>53.186</b>

	Legislação Societária	
	2019	2018
Ativo Indenizável (Concessão)	1.141	966
Intangível	52.045	51.628
<b>Total</b>	<b>53.186</b>	<b>52.594</b>
<b>Ativo imobilizado (Regulatório)</b>	<b>53.186</b>	<b>52.594</b>

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

### **ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)**

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

## **INTANGÍVEL**

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

## **20) FORNECEDORES**

### **a) circulante**

	<b>Legislação societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	8.886	14.953
Materiais e serviços	2.548	2.860
<b>TOTAL</b>	<b>11.434</b>	<b>17.813</b>

## b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2019	2018
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	1.056	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.056</b>	<b>-</b>

## 21) FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2019	2018
Diretores	13	13
Empregados	224	200
Pensões Judiciais descontadas	1	2
Sindicato	3	3
Convênios/repasses descontados dos funcionários	51	44
<b>TOTAL</b>	<b>292</b>	<b>262</b>

## 22) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2019	2018
<b>Circulante</b>		
ICMS normal	1.412	1.574
ICMS parcelamentos	1.930	2.302
Imposto de renda	13	171
PIS a recolher	12	12
COFINS a recolher	54	58
ISS – Imposto Sobre Serviço	1	1
INSS empresa	102	92
INSS autônomos	1	4

FGTS	55	52
INSS prestadores de serviços	25	24
PIS	7	7
Contribuição social	1	70
Contribuição Social - Empregados	41	39
Imposto de Renda - Empregados	71	62
Contribuição Social – Diretor	4	3
<b>TOTAL</b>	<b>3.729</b>	<b>4.471</b>

### 23) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### a. CIRCULANTE

					Legislação Societária	
Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2019	2018
Caixa Econômica Federal	<b>20.1785.733-7.000008-94</b>	<b>3</b>	<b>0,44%+cdi</b>	18/02/2019	-	345
Sicred Coop. Crédito	<b>B50331366-0</b>	<b>2</b>	<b>0,92%+cdi</b>	13/04/2020	119	1.196
Banco Reg. Desenv. Ext. -BRDE	<b>21.360</b>	<b>3</b>	<b>4,5% a.a</b>	15/04/2020	59	177
Banco Reg. Desenv. Ext. – BRDE (W2)	<b>21.359</b>	<b>3 e 4</b>	<b>4,9% a.a + TJLP</b>	15/04/2020	396	1.186
Banco Safra	<b>002109705</b>	<b>2</b>	<b>1,15% a.m + CDI</b>	02/03/2022	1.295	886
Banco Safra	<b>Ch especial</b>	<b>3</b>	<b>6,95% a.m</b>	-	-	800
Banco Santander	<b>0006990</b>	<b>2</b>	<b>1,55% a.m</b>	29/12/2018	-	46
Banco Itaú (W1)	<b>54672255-</b>	<b>2</b>	<b>4,184 %</b>			

	<b>4</b>		<b>a.m + CDI</b>	25/04/2022	3.080	437
Bradesco S/A (W1)	<b>Ch especial</b>	<b>3</b>	<b>1,69 % a.m</b>	-	-	197
<b>TOTAL</b>					<b>3.949</b>	<b>5.270</b>

**b. NÃO CIRCULANTE**

					<b>Legislação Societária</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>Contrato</b>	<b>Garantias</b>	<b>Taxa juros</b>	<b>Vcto</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Banco Safra	<b>002109705</b>	<b>2</b>	<b>1,15% a.m + CDI</b>	02/03/2022	994	-
Banco Itaú	<b>54672255-4</b>	<b>2</b>	<b>4,184 % a.m + CDI</b>	25/04/2022	1.724	
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	<b>21360</b>	<b>3</b>	<b>4,5% a.a</b>	<b>15/04/2020</b>	-	59
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	<b>21359</b>	<b>3 e 4</b>	<b>4,9% a.a + TJLP</b>	<b>15/04/2020</b>	-	392
<b>TOTAL</b>					<b>2.718</b>	<b>451</b>

**GARANTIAS**

**1 – Caução**

**2 – Aval**

**3 – Alienação fiduciária**

**4 – Hipoteca**

**W1 – Saldo negativo em contas correntes**

**W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:**

<b>Imóvel</b>	<b>Hipoteca</b>	<b>Localização</b>	<b>M²</b>	<b>Matricula</b>
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

## 24) CREDORES DIVERSOS

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Consumidores	263	372
Créditos de ICMS	695	969
Recuperação Judicial	62	50
Fecoerusc	-	3
Outros créditos	409	364
<b>TOTAL</b>	<b>1.429</b>	<b>1.758</b>

## 25) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
CVA-Compra de Energia	47	-
Saldo a Compensar CVA	48	-
Passivo Regulatório	1.376	1.376
Neutralidade da Parcela A	377	1.440
Subsidio Distribuição	-	8.312
<b>TOTAL</b>	<b>1.848</b>	<b>11.128</b>

## 26) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2019	2018
Folha de pagamento	679	815
<b>TOTAL</b>	<b>679</b>	<b>815</b>

## 27) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Legislação Societária	
	2019	2018
PROINFA	739	-
Repasse à conta CCBRT – bandeiras	1.852	384
Encargos CCEE	377	-
Encargos tarifários	48	48
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	967	1.205
<b>TOTAL</b>	<b>3.983</b>	<b>1.637</b>

## 28) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2019	2018
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	26	28
Pesquisa e desenvolvimento – MME	13	14
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	1.252	1.073
Programa de Eficiência Energética	2.793	2.391
<b>TOTAL</b>	<b>4.084</b>	<b>3.506</b>

## 29) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2019	2018
Convênios	8	30
Taxa de fiscalização	9	9

Cosip	513	420
Outras	10	10
<b>TOTAL</b>	<b>540</b>	<b>469</b>

### 30) CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

### 31) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Valor da Provisão		2019	Valor da Provisão		2018
Contingên cia	No Exercí cio	Acumulad a	Depósit os Judiciai s	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>Fiscais</b>						
Cofins	-	1.064	-	-	1.064	-
Pis	-	231	-	-	231	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>1.295</b>	-	-	<b>1.295</b>	-
	Valor da Provisão		2019	Valor da Provisão		2018
Contingên cia	No Exercí cio	Acumulad a	Depósit os Judiciai s	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>Trabalhist</b>						

<b>as</b>						
Ações	-	373	33	181	373	33
<b>Subtotal</b>	-	<b>373</b>	<b>33</b>	<b>181</b>	<b>373</b>	<b>33</b>
<b>Regulatórias</b>			-	-	-	-
Outras	767	767	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>767</b>	<b>767</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>767</b>	<b>2.435</b>	<b>33</b>	<b>181</b>	<b>1.668</b>	<b>33</b>

#### a. Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

#### b. Trabalhistas

Encontra-se em andamento reclamações cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçadas pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 999 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 373 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

#### C. Regulatórias

Também foram provisionados valores referente compra de energia não faturados pela Supridora (Celesc). De acordo com a legislação vigente a Administração da Concessionária entende que o montante da dívida pode chegar a R\$ 766 mil reais".

## 32) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia

### Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifaria da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

			Legislação Societária	
Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2019	2018
			Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Distribuição</b>	804	(142)	662	694
<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	139	(42)	97	102
<b>Programa de Eficiência Energética</b>	54	(16)	38	41
<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>	531	(120)	411	432
<b>Ultrapassagens de Demanda e Reativo</b>	3.319	-	3.319	2.687
<b>TOTAL</b>	<b>4.847</b>	<b>(320)</b>	<b>4.527</b>	<b>3.956</b>

### 33) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2019, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores		
(+)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Associados)		587
(+)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Terceiros)		123
(+)Reversão Reserva Legal NBC T 10.8		-
(+)Sobras líquidas do exercício		4.857
<b>(=)Total das sobras/perdas</b>		<b>5.567</b>
(-)Resultado com não Associados (Terceiros)		681
(-)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Terceiros)		123
<b>(=) Base para Destinações Legais e Estatutárias</b>		<b>4.763</b>
Fundo de reserva legal	10%	476
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	238
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	2.382
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	804
<b>Total das destinações estatutárias</b>		<b>3.900</b>
<b>Sobras à disposição da AGO</b>		<b>1.667</b>

### 34) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 34.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.599, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, "O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao

máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Capital Subscrito	1.682	1.609
(-) Capital a Integralizar	(83)	(62)
<b>TOTAL</b>	<b>1.599</b>	<b>1.547</b>

### **34.2 Reservas de capital**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Correção monetária complementar	873	873
<b>TOTAL</b>	<b>873</b>	<b>873</b>

### **34.3 Ajuste de avaliação patrimonial**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	6.573	7.627
<b>TOTAL</b>	<b>6.573</b>	<b>7.627</b>

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

<b>Saldo Anterior</b>	<b>7.627</b>
Bens baixados no período	(344)
Constituição do AVP	-
Realização do AVP	(710)
<b>Saldo Final</b>	<b>6.573</b>

### 34.4 Reserva de sobras

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Reserva legal	7.823	7.346
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	1.053	195
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	21.063	17.649
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	1.667	1.033
<b>TOTAL</b>	<b>33.125</b>	<b>26.709</b>

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 17 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o

estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral”.**

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

### 35) RECEITA OPERACIONAL

#### 35.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Consumidores</b>						
Residencial	33.275	32.389	62.674	58.296	12.819	11.728
Industrial	184	183	89.723	49.086	5.561	2.402
Comercial	2.641	2.567	40.180	32.584	7.378	5.377
Rural	2.655	2.686	12.261	12.585	1.897	1.872
Poder público	198	198	1.782	1.718	381	368
Iluminação pública	04	04	11.433	11.316	1.509	1.520
Serviço público	33	18	2.224	1.882	456	366
Consumo próprio	5	05	135	120	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>38.995</b>	<b>38.050</b>	<b>220.412</b>	<b>167.587</b>	<b>30.001</b>	<b>23.633</b>

#### 35.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2019	2018
Residencial	21.102	17.199

Industrial	14.334	17.483
Comercial	12.011	10.160
Rural	3.099	2.772
Poder público	628	539
Iluminação pública	2.407	2.123
Serviço público	618	449
<b>TOTAL</b>	<b>54.199</b>	<b>50.725</b>

### 35.3 Fornecimento não Faturado

	Legislação Societária	
	2019	2018
Fornecimento Não Faturado	625	(209)
<b>TOTAL</b>	<b>625</b>	<b>(209)</b>

### 35.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução

	Legislação Societária	
	2019	2018
Repasse à Conta CCBRT	(2.591)	(3.770)
Ajuste CUSD	(59)	67
<b>TOTAL</b>	<b>(2.650)</b>	<b>(3.703)</b>

### 35.5 Fornecimento – Demais Ativos e Passivos

	Legislação Societária	
	2019	2018
Neutralidade (Constituição)	(80)	1.905
Neutralidade (Amortização)	(1.524)	(381)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.604)</b>	<b>1.524</b>

### 35.6 Consumidores Livres

	Legislação Societária	
	2019	2018
Industrial	17.910	11.893
<b>TOTAL</b>	<b>17.910</b>	<b>11.893</b>

### 35.7 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2019	2018
Doações, contribuições e subvenções	10.692	18.984
<b>TOTAL</b>	<b>10.692</b>	<b>18.984</b>

### 35.8 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2019	2018
Serviços Cobráveis	368	374
<b>TOTAL</b>	<b>368</b>	<b>374</b>

## 36) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

### 36.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2019	2018
ICMS	23.865	20.503
PIS-PASEP	135	125
COFINS	622	576
ISSQN	25	13
<b>TOTAL</b>	<b>24.647</b>	<b>21.217</b>

### 36.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2019	2018
Programa de Eficiência Energética - PEE	358	349
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.948	10.661
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	358	349
Taxa de fiscalização	104	104
Saldo a Compensar CVA	30	73
<b>TOTAL</b>	<b>13.798</b>	<b>11.536</b>

### 36.3 Receitas de Ultrapassagens

	Legislação Societária	
	2019	2018
Ultrapassagem de Demanda	290	217
Ultrapassagem de Reativos	342	297
<b>TOTAL</b>	<b>632</b>	<b>514</b>

### 37) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2019	2018	2019	2018
Celesc Distribuição S/A	239,71	222.116	36.871	39.185

### 38) ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

	Legislação Societária	
	2019	2018
Encargo do Uso de Sistema de Distribuição	10.481	10.552
<b>TOTAL</b>	<b>10.481</b>	<b>10.552</b>

### 39) DESPESAS OPERACIONAIS

#### Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2019	2018
Remunerações (incluídos diretores R\$ 486)	5.347	5.305
Encargos sociais	2.010	1.937
Auxílio alimentação	798	751
Convênio assistencial e outros benefícios	367	419
Roupas profissionais	31	21
Seguros	11	18
Auxílio Transporte	7	7
Capacitação e treinamento	48	35
Provisões	1.169	1.234
(-) Transferência para ordens em curso	(2.401)	(2.010)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.387)</b>	<b>7.717</b>

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoesuc no valor total de R\$ 486 mil.

### 40) RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2019	2018
Receitas financeiras	1.231	1.372
(-) Despesas financeiras	2.950	3.194
<b>TOTAL</b>	<b>(1.719)</b>	<b>(1.822)</b>

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2019	2018
Receitas de aplicações financeiras	38	34
Encargos financeiros sobre energia	743	700

Outras – Receitas financeiras	94	174
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	243	105
Descontos Obtidos	3	203
Atualização Monetária	110	156
<b>TOTAL</b>	<b>1.231</b>	<b>1.372</b>

<b>Despesas financeiras</b>	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Juros IOF	476	-
Outras despesas	78	97
Juros ICMS	345	383
Multa indicadores de continuidade	13	13
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	3	2
Multas moratórias	36	9
Multas compensatórias/Sancionatórias	1	-
Juros Fornecedores	770	311
Juros sobre financiamentos	1.035	2.237
Despesas SELIC P&D e PEE	121	130
Multas – IR/CSLL	72	-
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	-	12
<b>TOTAL</b>	<b>2.950</b>	<b>3.194</b>

#### **41) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

<b>Operações</b>	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Associados	90.048	84.834
Não associados	18.861	17.874
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>108.909</b>	<b>102.708</b>

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Em 2019 o resultado com terceiros (não associados) foi positivo em R\$ 681 mil tivemos R\$ 72 mil de contribuição social e R\$ 176 mil de imposto de renda.

#### **42) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

#### **43) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS**

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Safra Vida e Previdência S/A.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R\$636,00 (seiscentos e trinta e seis reais).

Vale Feira a todos os colaboradores em convenio com Cooperativa Agrícola e Pesca FAM-IÇARA no valor de R\$20,00 (Vinte reais)

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ErgoMedicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

#### **44) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS**

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

#### **45) SEGUROS**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<b>Riscos</b>	<b>Data da Vigência</b>	<b>Importância Segurada</b>
<b>Veículos</b>		
Frota	05/01/2019 a 05/01/20 12/01/2019 a 12/01/2020	1.853
Equipamentos	05/12/2019 a 05/12/2020	1.569
Prédios	16/03/2019 a 16/03/2020	3.800

#### **46) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA**

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

#### **47) EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de Reajuste Tarifário – IRT Agosto/2020

---

Reginaldo de Jesus  
**Presidente**

---

Anselmo Freitas  
**Secretário**

---

Daniel Zanolli Vieira  
**CRCSC.030661/O-7**

## **6 EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Conselho de Administração da **Cooperativa Aliança – Cooperaliança**, por meio de seu presidente, nos termos do Estatuto Social, convoca os associados para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária** que se realizará no dia **27 de março de 2020**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, rua Duque de Caxias, 147, Centro, Içara SC, por não haver acomodações na sede administrativa. A primeira convocação se dará às **17h** com a presença de 2/3 de seus associados, às **18h** em segunda convocação com a presença de metade mais 01 (um) de seus associados e às **19h** em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem sobre a seguinte:

### **ORDEM DO DIA**

- 1)** Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2019, compreendendo:
  - a)** Relatório da Gestão;
  - b)** Balanço Patrimonial;
  - c)** Demonstrativo das sobras apuradas no exercício;
  - d)** Parecer do Conselho Fiscal.
  
- 2)** Destinação das sobras apuradas no exercício.
  
- 3)** Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal - período 2020.
  
- 4)** Fixação de pró-labore e cédula de presença das reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
  
- 5)** Plano de investimentos para o exercício de 2020.

**6)** Plano de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).

**7)** Autorização para venda dos seguintes bens do Ativo Imobilizado: a) Um veículo CAR/CAMINHÃO/MEC.OPER FORD/F 4.000 P, Diesel, ano e modelo 2014/2015 de placas QHQ 5944, Renavam de nº 1057473127 e Chassi de nº 9BFLF47P5FB00307B; b) Um veículo CAR/CAMINHÃO/MEC.OPER FORD/F 4.000 P, Diesel, ano e modelo 2015/2015 de placas QHZ8302, Renavam de nº 10813773811 e Chassi de nº 9BFLF47P6FB004482; c) Um veículo PAS/MOTOCICLETA, Gasolina, ano e modelo 2017/2017 de placas QIQ 0385, Renavam de nº 1123058960 e Chassi de nº 9C2JC6900HR315082; d) Um veículo PAS/MOTOCICLETA, Gasolina, ano e modelo 2017/2017 de placas QIP 9555, Renavam de nº 1123057408 e Chassi de nº 9C2JC6900HR315107; e) Um veículo PAS/MOTOCICLETA, Gasolina, ano e modelo 2017/2017 de placas QIQ 0275, Renavam de nº 1123058080 e Chassi de nº 9C2JC6900HR315156; f) Um veículo PAS/MOTOCICLETA, Gasolina, ano e modelo 2017/2017 de placas QIQ 0395, Renavam de nº 1123059125 e Chassi de nº 9C2JC6900HR315030; g) Um veículo PAS/MOTOCICLETA, Gasolina, ano e modelo 2017/2017 de placas QIQ 0335, Renavam de nº 1123058510 e Chassi de nº 9C2JC6900HR314972; h) Um veículo PAS/MOTOCICLETA, Gasolina, ano e modelo 2017/2017 de placas QIP 5598, Renavam de nº 1132721110 e Chassi de nº 9C2JC6900HR321204; i) Um veículo PAS/MOTOCICLETA, Gasolina, ano e modelo 2017/2017 de placas QIQ 0455, Renavam de nº 1123059346 e Chassi de nº 9C2JC6900HR314583.

8) Alienar bens imóveis tantos quanto bastem para aquisição de valores financeiros, com a finalidade de promover ampliação da Subestação SE-RINCÃO de propriedade da Cooperativa junto a (s) instituição (ões) financeira (as) no valor de até R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

9) Autorização para compra de energia elétrica na modalidade Ambiente de Contratação Livre – ACL (Mercado Livre).

10) Assuntos gerais.

- a)** Para efeito de verificação de “quórum” a Cooperativa possui 41.444 associados.
- b)** A Assembleia Geral Ordinária permanecerá aberta até dia **29 de março de 2020** (domingo), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.
- c)** A eleição constante no item 03 (três) deste edital, terá início às 8h do dia **29 de março de 2020**, encerrando às 17h do mesmo dia.
- d)** A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, Rua Duque de Caxias, 147, Centro, Içara SC, onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto.
- e)** Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à secretaria geral da Cooperaliança até às 18h, do dia **17 de março de 2020**.
- f)** As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus participantes.
- g)** Os documentos a serem apreciados no item 01 (um) da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **17 de março**, na sede Administrativa e através do endereço eletrônico [www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br).
- h)** Para exercer seu direito de voto, o associado deverá se apresentar munido de documento com fotografia que o identifique e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- i)** As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal.

**j)** As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal.

**k)** Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **27 de março de 2020** deverão ser comprovados com a apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria **da assembleia/eleição**.

**l)** Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **28 e/ou 29 de março de 2020** não habilitam a exercer direito de voto.

**Içara SC, 05 de março de 2020.**

**Reginaldo de Jesus**  
**Presidente**